

# Os principais pontos do programa econômico

- Não haverá choque econômico, não se baixarão medidas provisórias, não se estabelecerá a fixação de preços e salários.
- Não haverá controle de preços. As câmaras setoriais serão reforçadas para se conseguir redução de preços, principalmente se o ajuste fiscal extinguir o IPI sobre 10 mil produtos.
- A atual lei salarial será flexibilizada até que entre em vigor o ajuste fiscal. Flexibilizar sem mudar a lei, ou seja, as antecipações bimestrais serão aumentadas, para que reponham uma parte substancial da inflação. Depois do ajuste, será discutida uma nova lei salarial com o Congresso.
- Mantém a privatização das estatais, mas mudam as regras para que o governo receba dinheiro vivo nas vendas. Qualquer nova estatal para ser vendida terá de receber antes aprovação do Congresso.
- Será mantida a renegociação da dívida externa acertada pelo ex-ministro Marcílio Marques Moreira. Também será mantida a atual política cambial (acompanhará apenas a desvalorização do cruzeiro).
- Mantém o projeto de desregulamentação e modernização da economia. Equipe lutará para que sejam aprovados os projetos que já estão no Congresso, entre eles o que muda o sistema de trabalhos portos.
- Mudança na Previdência Social assim que for aprovado o ajuste fiscal. Governo insistirá em mudar o sistema de aposentadoria — proporá idade mínima e não mais tempo de serviço, respeitados os direitos adquiridos. Será incentivada a criação de fundos de pensão.
- Será discutida uma nova lei para renegociar a dívida dos estados, municípios e estatais com a União e entidades federais.
- Será aprovado o plano de saneamento financeiro da Caixa Econômica Federal. O potencial rombo do FCVS de US\$ 22 bilhões terá uma solução, ao mesmo tempo em que se resolverão os problemas do FGTS (principalmente financiamentos que não vêm sendo pagos).
- Solução para três bancos estatais em processo de liquidação (Piauí, Rio Grande do Norte e Paraíba).
- Juros reais e positivos até o ajuste fiscal. Depois, serão reduzidos à medida que o ajuste fiscal aumentar a arrecadação federal.
- Nova política de tarifas públicas. Estatais terão de abrir suas planilhas de custos. Uma mesma estatal poderá dar aumentos diferenciados para suas tarifas. “Não vamos usar as tarifas para combater a inflação”, garante o ministro Paulo Haddad.
- Garantia de financiamentos para as futuras safras agrícolas.